

## APRESENTAÇÃO

Pensar o gênero na *encruzilhada*: historicizar os feminismos em seus múltiplos atravessamentos.

Julia Aleksandra Martucci Kumpera<sup>1</sup>

Maria Clara Martins Cavalcanti<sup>2</sup>

Suane Felipe Soares<sup>3</sup>

*Averbalizar*

*Respirar fundo*

*soltar asfixia*

*liberar segredos*

*com a mão no fogo*

*sangrar palavras*

*(mesmo que não queiram)*

*Miriam Alves*

9

As escritas e críticas feministas são entendidas neste dossiê como no poema de Miriam Alves: ato de “averalizar”, sangrar palavras, mesmo que a ordem patriarcal, colonial, heterossexual e racista não queira. Desde a sua proposição, até o encontro com os artigos que compõem o volume, a perspectiva feminista mobilizada considera que para tensionar os espaços de poder instituídos pelo patriarcado, questionando não apenas seus discursos, mas a sua materialidade e incidência na vida em sociedade, é preciso produzir espaços de contestação, reflexão e debate pensando os marcadores de gênero, sexualidade, classe, raça, nacionalidade, região e afins em seus atravessamentos.

Essa perspectiva abre caminhos para que a lógica binária/dicotômica se dilua e as potencialidades de um pensamento produzido na *encruzilhada*, como nos convida Leda

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em História Cultural pela Unicamp (2021) e bacharela em História pela mesma universidade (2016). Realizou a Especialização em Memórias Coletivas, Direitos Humanos e Resistências pelo Centro Latino-Americano de Ciências Sociais - Clasco (2023).

<sup>2</sup> Doutoranda em História Política na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ - Bolsista FAPERJ NOTA 10); desenvolvendo a pesquisa "ECO LITERÁRIO RESSOANDO NA HISTÓRIA": Voz, escrita e pensamento de Esmeralda Ribeiro, sob orientação da Profa. Dra. Angela Roberti. Mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP - Bolsista CNPQ).

<sup>3</sup> Professora de Ética e Saúde no Departamento de Saúde Coletiva da Unicamp-SP; tem licenciatura e bacharelado em História (UFF); mestrado e doutorado pelo Programa em Associação Ampla de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS) UFRJ/UFF/UERJ/FIOCRUZ.

Maria Martins, se delineie. Entendendo que neste caminho há “o lugar sagrado das mediações entre sistemas e instâncias de conhecimento diversos” e “pensamento e ação, locus de desafios e reviravoltas; compreensão e dispersão; espacialidade icônica que cartografa os inúmeros e diversos movimentos de recriação, imprevisto e assentamento das manifestações culturais e sociais, entre elas as estéticas e também as políticas, em seu sentido e espectro amplos” (Martins, 2019, p.51).

O lugar da produção dos discursos históricos, como território em disputa, tem sido tensionado por intelectuais feministas que, há muito mais tempo do que costumamos nos lembrar, pautam outras formas de existência para as mulheres negras, indígenas, lésbicas, chicanas, etc. na América Latina, que vão além dos estereótipos historicamente a elas destinados. Além disso, se podemos encontrar uma predominância masculina e branca na escrita da história, o diálogo entre este campo de conhecimento e as interpelações feministas decoloniais possibilita a abertura de formas *outras* de escrever a história, transformando metodológica e teoricamente o campo. Não há, portanto, descolamento da prática política. Esse exercício de elaboração é, além de prática de liberdade para as mulheres em geral, chance para nos aproximarmos epistemologicamente de um pensamento literário, social, histórico e político mais complexo, feminista e antirracista.

Assim, este dossiê se centra nas experiências de mulheres que, do século XIX à contemporaneidade, contestaram os mandatos patriarcais e racistas, numa busca incansável por abrir caminhos. No mundo do trabalho, na militância política, nas universidades, nas rodas de capoeira e em tantos outros espaços, essas mulheres transformaram seus entornos com sua presença incômoda. Os rastros de suas ações e seus pensamentos são tomados aqui como ferramentas para a produção dessas *outras* histórias.

Os artigos que abrem esta coletânea tematizam as experiências de mulheres no século XIX, por meio das esferas do casamento, trabalho e assistencialismo, em diferentes territórios do Brasil. A partir da análise dos periódicos mineiros *O Bom Senso* e *Jequitinhonha*, Ana Flávia Vitorino Honório debate as transformações na instituição matrimonial – especialmente o estabelecimento do casamento civil – e o tratamento conferido ao divórcio. “As mulheres nas entrelinhas dos jornais: um estudo sobre o divórcio no século XIX em Minas Gerais” mostra as disputas entre homens e mulheres, bem como as diferentes interpretações da legislação por procuradores, presentes nas páginas da imprensa, de modo que a autora reflete sobre as especificidades do casamento e do divórcio para as mulheres de elite. A imprensa permite observar os valores

hegemônicos do século XIX, em que política, vínculo matrimonial e administração de bens estavam intrincados.

No segundo artigo, “Casando moças órfãs: a assistência no casamento de jovens vulneráveis pelo Asilo de Santa Teresa no século XIX (MA, 1830-1870)”, Carlos Augusto Lima Barros direciona o nosso olhar para o papel desempenhado pelo casamento na trajetória de jovens órfãs e pobres que viveram no Asilo de Santa Teresa, em São Luís (Maranhão). O autor escrutina a atuação da instituição, em que o auxílio material ofertado era acompanhado de uma educação moralizante, direcionada para o casamento e o serviço doméstico. Nesse contexto, o casamento foi visto como opção para evadir a pobreza, de modo que o asilo ofereceria o dote como forma de facilitar o casamento das jovens recolhidas na instituição. Com isso, evidencia-se que o dote reforçava a dependência financeira das mulheres, servindo também como maneira de disciplinar o corpo feminino para o casamento.

Por sua vez, Rosana Falcão Lessa, no texto “Exploração e ativismo: mulheres negras e as barreiras interseccionais no Recôncavo fumageiro na segunda metade do século XIX”, mobiliza a perspectiva interseccional para analisar as experiências de liberdade de mulheres negras na região fumageira do Recôncavo Baiano. No contexto do pós-abolição, a produção de tabaco constituiu uma alternativa de sustento para essas mulheres, especialmente em relação ao trabalho doméstico. No entanto, como argumenta a autora, além das possibilidades de trabalho, as zonas fumageiras foram locais de resistência da população negra, onde se realizaram iniciativas de alfabetização e de organização de irmandades negras. Lessa mostra a complexidade dessas relações por meio de análise de processos-crimes, da imprensa e de fichas de registro de trabalhadoras.

Dentre os artigos que articulam feminismos, gênero, pautas políticas e seus atravessamentos, destaca-se o texto "Gênero e Resistência: Considerações sobre o 1º Encontro Nacional das Mulheres do MST", de Maria Luiza Adoryan Machado e Rafaela Limberger. O trabalho historiciza o evento mencionado no título do texto, realizado em 2020, em que estiveram presentes 3500 mulheres do Movimento Sem Terra (MST) em Brasília, sob o lema "Mulheres Em Luta: Semeando a Resistência". No debruçar sobre materiais audiovisuais e entrevistas, é perceptível a encruzilhada entre as dimensões de gênero, raça, trabalho, classe e o direito à terra, assim como se evidencia o protagonismo das mulheres no MST. A partir da análise das experiências e memórias originadas neste

Encontro, as autoras afirmam que a luta das mulheres no MST é também a luta contra o patriarcado, o racismo e o capitalismo.

O artigo de Sabrina Bentes, intitulado “História de uma ‘vênus’: uma história da vida de Fortunata dos Reis, 1898”, tem como grande destaque a análise de uma fonte primária: um processo-crime do Sistema de Justiça na Cormarca de São José do Macapá, na província do Grão-Pará, datado de 1898. A autora apresenta a história de Fortunata dos Reis, a partir da qual nos leva a pensar sobre a situação das meninas negras e órfãs no Grão-Pará, bem como da colonialidade do gênero e dos silêncios próprios dos relatos de violência interpessoal e estatal. O trabalho também apresenta a complexidade das vulnerabilidades que recaem sobre a vida de meninas e mulheres trabalhadoras e desamparadas, além de desvelar o caráter patriarcal e racista do Sistema Judiciário vigente.

Em Iê, é mandingueira, camará! As mestras de capoeira e os saberes construídos nos corpos das mulheres na pequena e na grande roda”, a capoeira é estudada a partir das contribuições práticas e teóricas de duas mestras brasileiras de grande importância, Mestre Janja e Mestre Edna Lima. Por meio da literatura de referência e das narrativas orais das mestras, articuladas pelo conceito de “oralitura” (Martins, 2003), Érica Pires do Amaral defende a capoeira como prática subversiva ao guardar características herdadas de povos africanos, tais como os grandes feiticeiros mandingueiros Mandês. Ao analisar o papel das mestras na capoeira, o texto também apresenta posições de poder e prestígio que remontam às tradições e práticas africanas, trabalhando com outras concepções de papéis sexuais para as mulheres.

Gyme Gessyka Pereira dos Santos discorre sobre o processo de tornar-se negra, vivenciado pela autora, por meio do contato com obras consagradas nos campos dos estudos de gênero e de identidades negras e relações étnico-raciais com a sua entrada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O artigo “Mbé: negritude feminina em plenitude e o giro decolonial nas encruzilhadas de gênero, raça e classe” apresenta atravessamentos que compõem o processo de formação de uma identidade negra feminina com ênfase em seus aspectos contínuos e permeáveis. Ao debater o bastante criticado mito da democracia racial, o texto foca na questão da objetificação da mulher negra e dos abusos sexuais contra elas, que são os pilares da miscigenação no país. Destaca-se também o papel das mulheres negras como autoras de seu próprio conhecimento, com plenitude e liberdade acadêmica e epistêmica.

Já o artigo "Mundanas e valentões: trabalho, moradia e violência no cotidiano de prostitutas em Macapá, década de 1950" tematiza as relações sociais das prostitutas em Macapá, interessando-se especialmente nas relações entre moradia, trabalho e violência. A partir da análise de três processos judiciais de lesões corporais, Amanda Cristina Souza da Silva examina o cotidiano, as interações sociais, as habitações e as redes de sociabilidade destas mulheres, atravessadas por experiências de amor, ciúme, diversão, mas também de violência e conflitos. O texto nos ajuda a imaginar o complexo cenário no qual estas mulheres estão inseridas, marcado pela independência financeira por um lado e, por outro, por experiências de violência, tensão e rejeição. Além disso, o artigo nos possibilita perceber as formas de resistência ao poder estatal empreendidas pela população naquele contexto e que passam pelas elaborações sobre gênero, raça e sexualidade.

O artigo que encerra este dossiê mobiliza as dimensões do trauma, da violência e da memória, a partir de uma perspectiva de gênero, analisando suas incidências individuais e coletivas no filme *Que Bom te Ver Viva* (1989) de Lúcia Murat. Em "Que Bom te Ver Viva (1989): entre vozes-mulheres, traumas e re(e)xistências", Maíra Santana Marinho da Cunha argumenta que o filme é uma fonte histórica importante para pensarmos o quanto as torturas sofridas pelas mulheres durante a ditadura militar continuam a moldar suas subjetividades no pós-tortura, especialmente através das tensões entre memória e esquecimento. Destaca, assim, a importância do cinema nas disputas de memória em sociedades que viveram sob regimes autoritários. Dessa forma, o artigo nos possibilita percorrer a produção artística de forma indagá-la e analisá-la como capaz de tensionar cenários em que as mulheres permanecem historicamente invisibilizadas e de nos lembrar como são essenciais os esforços éticos, estéticos e políticos que projetam futuros que evitem a repetição do passado.

Como se pode observar, os artigos que compõem este dossiê contribuem para uma escrita da história na encruzilhada. A diversidade de referenciais teórico-metodológicos, temporalidades e recortes geográficos evidenciam não só que histórias *outras* são possíveis, mas necessárias, se buscamos a construção de saberes históricos que abarquem a multiplicidade das experiências das mulheres e das meninas. Assim, os trabalhos a seguir empreendem a crítica decolonial a uma historiografia eurocêntrica, que inviabiliza a memória dessas sujeitas e esconde parte significativa das histórias das mulheres no Brasil.